

Carlos Alberto Pereira de Castro  
João Batista Lazzari

# MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**17ª edição**

Revista, atualizada e ampliada

Conforme a legislação em vigor até fevereiro de 2015



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ISBN: 978-85-309-6145-9

1. Previdência social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

12-7696.

CDU: 349.3(81)



# SUMÁRIO

|                           |        |
|---------------------------|--------|
| <b>ABREVIATURAS</b> ..... | XXXVII |
|---------------------------|--------|

## **PARTE I**

### **INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

|   |    |
|---|----|
| <b>Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador</b> .....                     | 3  |
| 1.1 Prólogo .....   | 3  |
| 1.2 O surgimento da noção de proteção social.....   | 5  |
| 1.3 A mútua assistência e a caridade.....   | 5  |
| 1.4 A assistência social estatal.....   | 6  |
| 1.5 A formação do conceito de bem-estar social .....                                      | 7  |
| 1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck<br>ao modelo de Beveridge..... | 12 |
| <b>Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social</b> .....                               | 19 |
| 2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa<br>humana .....                       | 19 |
| 2.2 A solidariedade social .....  | 21 |
| 2.3 A compulsoriedade da filiação.....  | 22 |
| 2.4 A proteção aos previdentes .....  | 23 |
| 2.5 A redistribuição de renda.....  | 24 |
| 2.6 O risco social.....   | 26 |
| 2.7 Da previdência à segurança social.....  | 27 |

|   |    |
|---|----|
| <b>Capítulo 3 – Modelos de previdência social</b> .....                           | 29 |
| 3.1    Sistemas contributivos e não contributivos .....                           | 30 |
| 3.2    Sistemas contributivos de repartição e capitalização .....                 | 31 |
| 3.3    Sistemas privados de previdência .....                                     | 32 |
| 3.4    O sistema de pilares .....   | 33 |
| <b>Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil</b> .....                 | 37 |
| 4.1    Primeiras regras de proteção .....   | 38 |
| 4.2    A Lei Eloy Chaves .....  | 39 |
| 4.3    Os institutos de classe .....  | 41 |
| 4.4    Da criação do INPS à Constituição de 1988 .....                            | 43 |
| 4.5    A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....                         | 45 |
| 4.6    A criação do INSS e as primeiras reformas .....                            | 47 |
| 4.7    A Emenda Constitucional n. 20, de 1998 .....                               | 49 |
| 4.8    O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo .....            | 52 |
| 4.9    As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42, de 2003 .....                      | 54 |
| 4.10   A Emenda Constitucional n. 47, de 2005 .....                               | 54 |
| <b>Capítulo 5 – O Direito Previdenciário</b> .....                                | 57 |
| 5.1    Conceito e objeto de estudo .....  | 57 |
| 5.2    Autonomia científica .....   | 59 |
| 5.3    Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do<br>Direito ..... | 60 |
| 5.4    Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do<br>Direito .....     | 62 |
| 5.5    Fontes do Direito Previdenciário .....                                     | 64 |
| <b>Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário</b> .....          | 71 |
| 6.1    Antinomias e critérios de solução .....                                    | 72 |
| 6.2    Lacunas do ordenamento e sua solução .....                                 | 73 |
| 6.3    Interpretação das normas .....   | 75 |
| 6.4    Vigência e eficácia das normas no tempo .....                              | 76 |
| 6.5    Vigência e eficácia das normas no espaço .....                             | 77 |
| 6.6    Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo<br>Brasil ..... | 78 |
| <b>Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário</b> .....                    | 87 |
| 7.1    Princípios gerais de Direito Previdenciário .....                          | 88 |

|                                       |  |            |
|---------------------------------------|--|------------|
| 7.2                                   | Princípios constitucionais da Seguridade Social.....                                       | 90         |
| 7.3                                   | Princípios específicos de custeio.....   | 93         |
| 7.4                                   | Princípios específicos de Previdência Social.....  | 97         |
| <b>Capítulo 8</b>                     | <b>– Regimes previdenciários .....</b>   | <b>103</b> |
| 8.1                                   | O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....   | 103        |
| 8.2                                   | Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios ..... | 104        |
| 8.3                                   | Regime Previdenciário Complementar .....   | 106        |
| 8.4                                   | Regime dos Militares das Forças Armadas.....   | 110        |
| <b>PARTE II</b>                       |  |            |
| <b>A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA</b> |  |            |
| <b>Capítulo 9</b>                     | <b>– A organização da Seguridade Social .....</b>  | <b>115</b> |
| 9.1                                   | Sistema Nacional de Seguridade Social .....  | 115        |
| 9.2                                   | Ministérios da área da Seguridade Social .....   | 116        |
| 9.3                                   | Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....  | 117        |
| 9.4                                   | Gestão descentralizada.....  | 118        |
| 9.5                                   | Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS.....   | 119        |
| 9.6                                   | Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....  | 119        |
| 9.7                                   | Conselhos de Previdência Social – CPS.....   | 121        |
| 9.8                                   | Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....  | 123        |
| 9.9                                   | Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC... ..                                 | 125        |
| 9.10                                  | Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....                                     | 126        |
| 9.11                                  | Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....   | 129        |
| <b>Capítulo 10</b>                    | <b>– Relação jurídica de custeio .....</b>   | <b>133</b> |
| 10.1                                  | Definição da relação obrigacional .....  | 133        |
| 10.2                                  | Autonomia da relação de custeio.....   | 134        |
| 10.3                                  | Identidade com a relação obrigacional tributária .....                                     | 135        |
| <b>Capítulo 11</b>                    | <b>– Contribuintes da Seguridade Social .....</b>  | <b>137</b> |
| 11.1                                  | Segurados da Previdência Social.....   | 138        |
| 11.2                                  | Empresa e entidades equiparadas.....   | 140        |
| 11.3                                  | Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial .....         | 141        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 11.4   | Empregador doméstico.....                                | 143        |
| 11.5   | Apostadores de concursos de prognósticos.....            | 144        |
| <b>Capítulo 12 – Relação jurídica de seguro social.....</b>              |  | <b>145</b> |
| 12.1   | Definição da relação de Seguro Social.....               | 145        |
| 12.2   | Vinculação da relação previdenciária com a filiação..... | 147        |
| 12.3   | Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....       | 149        |
| <b>Capítulo 13 – Segurados do Regime Geral de Previdência Social ...</b> |  | <b>155</b> |
| 13.1   | Segurados – Definição.....                               | 155        |
| 13.2   | Segurados obrigatórios.....                              | 155        |
| 13.2.1   | Empregado urbano e rural.....                            | 157        |
| 13.2.2   | Empregado doméstico.....                                 | 169        |
| 13.2.3   | Contribuinte individual.....                             | 171        |
| 13.2.4   | Trabalhador avulso.....                                  | 175        |
| 13.2.5   | Segurado especial.....                                   | 177        |
| 13.3   | Segurado facultativo.....                                | 184        |
| 13.4   | A menoridade e a filiação como segurado.....             | 186        |
| 13.5   | Aposentado que retorna à atividade.....                  | 188        |
| <b>Capítulo 14 – Filiação dos segurados.....</b>                         |  | <b>189</b> |
| <b>Capítulo 15 – Manutenção e perda da qualidade de segurado.....</b>    |  | <b>195</b> |
| <b>Capítulo 16 – Dependentes.....</b>                                    |  | <b>201</b> |
| <b>Capítulo 17 – Inscrição dos segurados e dependentes.....</b>          |  | <b>215</b> |
| 17.1   | Inscrição dos segurados.....                             | 216        |
| 17.1.1   | Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....           | 220        |
| 17.2   | Inscrição de dependentes.....                            | 223        |

### PARTE III

## CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

|   |                            |            |
|---|----------------------------|------------|
| <b>Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social.....</b> |                            | <b>229</b> |
| 18.1  | Sistema contributivo.....  | 232        |
| 18.2  | Participação da União..... | 233        |

|   |   |            |
|---|---|------------|
| 18.3  | Contribuições sociais.....  | 234        |
| 18.3.1  | Conceituação.....   | 235        |
| 18.3.2  | Natureza jurídica.....  | 236        |
| 18.3.3  | Características gerais.....   | 237        |
| 18.4  | Outras receitas da Seguridade Social.....   | 239        |
| <b>Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema .....</b> |   | <b>241</b> |
| 19.1  | Salário de contribuição.....  | 241        |
| 19.2  | Salário-base.....   | 244        |
| 19.3  | Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....   | 245        |
| 19.4  | Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....   | 249        |
| 19.5  | Contribuições das empresas .....  | 256        |
| 19.5.1  | Contribuição sobre a folha de pagamento.....  | 256        |
| 19.5.2  | Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos .....                       | 261        |
| 19.5.3  | Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT..... | 265        |
| 19.5.3.1  | Fator Acidentário de Prevenção – FAP .....  | 268        |
| 19.5.3.2  | Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....  | 275        |
| 19.5.4  | Contribuição sobre a receita e o faturamento.....   | 277        |
| 19.5.5  | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....  | 277        |
| 19.5.6  | PIS/PASEP.....  | 286        |
| 19.5.7  | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL... ..  | 289        |
| 19.5.8  | Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL.....   | 290        |
| 19.6  | Contribuições do importador de bens e serviços do exterior.....   | 298        |
| 19.7  | Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil .....   | 301        |
| 19.7.1  | Conceito de obra de construção civil .....  | 302        |
| 19.7.2  | Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil.....  | 303        |

|  |  |            |
|--|--|------------|
| 19.7.3   | Aferição indireta das contribuições .....  | 307        |
| 19.7.4   | Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....        | 308        |
| 19.7.5   | Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra..... | 308        |
| 19.7.6   | Retenção na construção civil.....  | 309        |
| 19.8   | Contribuição dos clubes de futebol profissional .....                                    | 309        |
| 19.9   | Contribuição do empregador doméstico .....   | 311        |
| 19.10  | Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....                 | 313        |
| 19.11  | Contribuição do empregador rural pessoa jurídica .....                                   | 317        |
| 19.12  | Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos .....                          | 319        |
| 19.13  | Contribuições destinadas a terceiros.....  | 320        |
| <b>Capítulo 20 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social.....</b>       |  | <b>323</b> |
| 20.1   | Requisitos para a isenção.....   | 325        |
| 20.2   | Requerimento e deferimento da isenção.....   | 328        |
| 20.3   | Alcance da isenção.....  | 328        |
| 20.4   | Revisão da isenção.....  | 329        |
| <b>Capítulo 21 – Remissão e anistia .....</b>                                      |  | <b>331</b> |
| <b>Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....</b>              |  | <b>335</b> |
| 22.1   | Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização .....                               | 335        |
| 22.2   | Arrecadação e recolhimento das contribuições .....                                       | 336        |
| 22.3   | Obrigações acessórias.....   | 343        |
| 22.4   | Prerrogativas da fiscalização .....  | 354        |
| 22.5   | Inadimplemento e acréscimos moratórios.....  | 357        |
| 22.6   | Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios .....                | 362        |
| 22.6.1   | Restituição de contribuições e compensação .....   | 362        |
| 22.6.2   | Reembolso de benefícios .....  | 368        |
| 22.7   | Parcelamento de débitos.....   | 369        |
| <b>Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....</b> |  | <b>377</b> |
| 23.1   | Construção Civil.....  | 378        |
| 23.2   | Grupo econômico .....  | 381        |



|   |   |            |
|---|---|------------|
| 23.3  | Responsabilidade dos sócios e titulares .....                 | 382        |
| 23.4  | Tomador de serviços .....                                     | 383        |
| 23.5  | Administradores públicos .....                                | 388        |
| 23.6  | Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....         | 389        |
| <b>Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à seguridade social .....</b>        |   | <b>391</b> |
| 24.1  | O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....               | 392        |
| 24.2  | A decadência na exigibilidade de contribuições .....          | 394        |
| 24.3  | A prescrição do direito de cobrança dos créditos .....        | 397        |
| 24.4  | Prescrição na restituição e compensação de contribuições...   | 399        |
| 24.5  | Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.... | 400        |
| <b>Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal .....</b>   |   | <b>401</b> |
| <b>Capítulo 26 – Processo Administrativo Fiscal.....</b>  |   | <b>409</b> |
| 26.1  | Constituição do crédito da Seguridade Social .....            | 409        |
| 26.1.1  | Notificação de Lançamento – NL .....                          | 415        |
| 26.1.2  | Auto de Infração – AI.....                                    | 416        |
| 26.2  | Tramitação e julgamento.....                                  | 418        |
| 26.3  | Depósito recursal – exigibilidade.....                        | 421        |
| <b>Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....</b>                           |   | <b>423</b> |
| <b>Capítulo 28 – Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho .....</b> |   | <b>441</b> |
| 28.1  | A responsabilidade pelos recolhimentos.....                   | 455        |
| 28.2  | Condição da União na lide trabalhista .....                   | 460        |
| 28.3  | Legislação aplicável.....                                     | 462        |
| 28.4  | Créditos executáveis .....                                    | 463        |
| 28.5  | As prerrogativas da União.....                                | 468        |
| 28.6  | Apuração do valor devido .....                                | 469        |
| 28.7  | O procedimento da execução .....                              | 471        |
| 28.8  | A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas .....             | 477        |
| <b>Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social.....</b>                                |   | <b>481</b> |
| 29.1  | O Regime da Lei n. 9.983/2000 .....                           | 481        |
| 29.2  | Apropriação indébita previdenciária.....                      | 482        |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 29.2.1  | Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91 ..... | 488 |
| 29.2.2  | Constitucionalidade .....  | 489 |
| 29.2.3  | Tipo objetivo.....   | 491 |
| 29.2.4  | Tipo subjetivo.....  | 491 |
| 29.2.5  | Consumação e tentativa .....   | 492 |
| 29.2.6  | Sujeito ativo .....  | 493 |
| 29.2.7  | Sujeito passivo .....  | 494 |
| 29.2.8  | Crime continuado.....  | 495 |
| 29.2.9  | Ação penal.....  | 495 |
| 29.2.10 | Extinção da punibilidade .....   | 497 |
| 29.2.11 | Perdão judicial.....   | 499 |
| 29.2.12 | Dificuldades financeiras .....   | 501 |
| 29.2.13 | Princípio da insignificância .....   | 502 |
| 29.2.14 | Prisão por dívida.....   | 504 |
| 29.3    | Inserção de dados falsos em sistema de informações .....   | 504 |
| 29.4    | Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....                                      | 505 |
| 29.5    | Sonegação de contribuição previdenciária.....  | 505 |
| 29.6    | Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....   | 508 |
| 29.7    | Falsidade documental .....   | 508 |
| 29.8    | Falsificação de documento público .....  | 509 |
| 29.9    | Violação de sigilo funcional.....  | 509 |
| 29.10   | Equiparação a funcionário público.....   | 510 |
| 29.11   | Estelionato previdenciário .....   | 510 |

## PARTE IV

### PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

|  |     |
|--|-----|
| <b>Capítulo 30 – Introdução</b> .....                            | 515 |
| <b>Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária</b> ..... | 519 |
| 31.1 Suspensão do benefício .....                                | 523 |
| 31.2 Cancelamento do benefício.....                              | 525 |
| 31.3 Processo Administrativo Previdenciário.....                 | 528 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Capítulo 32 – Períodos de carência</b> .....   | 541 |
| <b>Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios</b> .....  | 555 |
| 33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo .....   | 556 |
| 33.1.1 Atividades concomitantes .....   | 563 |
| 33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....  | 567 |
| 33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício.....  | 568 |
| 33.2 Fator previdenciário .....   | 569 |
| 33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário.....  | 573 |
| 33.4 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela<br>referente ao tempo de serviço especial .....                           | 574 |
| 33.5 Renda mensal inicial.....  | 575 |
| 33.6 Valor-limite dos benefícios.....   | 580 |
| <b>Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios</b> .....  | 581 |
| 34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos<br>salários de contribuição dos benefícios concedidos antes<br>da CF de 1988..... | 584 |
| 34.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos<br>concessórios .....  | 585 |
| 34.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura<br>de ação civil pública .....  | 586 |
| 34.2 Aplicação da Súmula n. 260 do ex-TFR na transformação de<br>auxílio-doença em aposentadoria por invalidez .....                        | 587 |
| 34.3 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 .....   | 589 |
| 34.4 Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas<br>Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003 .....                               | 590 |
| 34.5 Primeiro reajuste após a concessão do benefício .....  | 592 |
| 34.6 Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por<br>invalidez: art. 29, II da Lei n. 8.213, de 1991 .....                      | 593 |
| 34.7 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso,<br>ainda que anterior à data de entrada do requerimento.....                | 596 |
| 34.8 Inclusão do Décimo Terceiro como Salário de Contribuição<br>para cálculo do salário de benefício .....                                 | 599 |
| 34.9 Ampliação do período básico de cálculo do salário de<br>benefício .....  | 601 |
| 34.10 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar<br>da assistência permanente de outra pessoa.....                           | 604 |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 34.11    | Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade .....  | 605 |
| 34.12    | Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/98 ..... | 606 |
| 34.13    | Teses superadas .....  | 610 |
| 34.13.1  | Reajustes pelo salário mínimo de referência .....  | 610 |
| 34.13.2  | Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988 .....   | 610 |
| 34.13.3  | Súmula n. 260 do extinto TFR para benefícios que não o auxílio-doença .....  | 611 |
| 34.13.4  | Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91) .....        | 611 |
| 34.13.5  | Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....   | 612 |
| 34.13.6  | Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos .....   | 613 |
| 34.13.7  | Valor mínimo dos benefícios .....  | 614 |
| 34.13.8  | Gratificação natalina de 1988/1989 .....   | 614 |
| 34.13.9  | URP de fevereiro de 1989 .....   | 615 |
| 34.13.10 | Salário mínimo de junho de 1989 .....  | 615 |
| 34.13.11 | Expurgos inflacionários .....  | 615 |
| 34.13.12 | Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91 .....  | 616 |
| 34.13.13 | Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93 .....   | 616 |
| 34.13.14 | Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94 .....  | 617 |
| 34.13.15 | Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 .....   | 618 |
| 34.13.16 | Revisão da renda mensal da pensão por morte .....  | 618 |
| 34.13.17 | Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95 .....   | 620 |
| 34.13.18 | Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 .....  | 620 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios</b> .....  | 623 |
| 35.1 Pagamento feito a terceiros.....  | 626 |
| 35.2 Intangibilidade do valor do benefício.....  | 627 |
| 35.3 Acumulação de benefícios.....   | 631 |
| <b>Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais</b> .....                        | 635 |
| 36.1 Evolução histórica da proteção acidentária.....   | 635 |
| 36.2 Conceito de acidente do trabalho.....   | 638 |
| 36.3 Doenças ocupacionais.....   | 642 |
| 36.4 Nexo causal e concausalidade.....   | 644 |
| 36.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente....                              | 652 |
| 36.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....  | 654 |
| 36.7 Responsabilidade civil da empresa e do empregador doméstico por acidente do trabalho..... | 656 |
| 36.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....                         | 657 |
| 36.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....                          | 657 |
| 36.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social.....                       | 658 |
| 36.7.4 Responsabilidade penal.....   | 658 |
| 36.7.5 Sanções administrativas.....  | 658 |
| 36.8 Direito à indenização por acidente de trabalho.....                                       | 659 |
| 36.9 Ação regressiva previdenciária.....   | 677 |
| 36.10 Estabilidade do empregado acidentado.....  | 680 |
| <b>Capítulo 37 – Benefícios em espécie</b> .....   | 685 |
| 37.1 Aposentadoria no RGPS.....  | 685 |
| 37.1.1 Direito à desaposentação.....   | 687 |
| 37.1.1.1 Despensão.....  | 692 |
| 37.1.2 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos.....                            | 693 |
| 37.1.3 Aposentadoria e vínculo de emprego.....   | 695 |
| 37.2 Aposentadoria por idade.....  | 701 |
| 37.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....                                       | 703 |
| 37.2.2 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....                 | 709 |

|  |   |            |
|--|---|------------|
| 37.3   | Aposentadoria por tempo de serviço.....   | 716        |
| 37.4   | Aposentadoria por tempo de contribuição.....  | 718        |
| 37.4.1   | Aposentadoria do professor.....   | 723        |
| 37.4.1.1                                       | A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....                           | 725        |
| 37.4.2   | Aplicação dos novos critérios para aposentadoria ...  | 727        |
| 37.5   | Aposentadoria especial .....  | 728        |
| 37.5.1   | Conversão do tempo de serviço/contribuição.....   | 747        |
| 37.5.2   | Conversão do tempo especial de professor em tempo comum .....                                     | 751        |
| 37.6   | Aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência .....                              | 753        |
| 37.7   | Aposentadoria por invalidez .....   | 759        |
| 37.7.1   | Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade ..... | 773        |
| 37.8   | Auxílio-doença.....   | 775        |
| 37.9   | Auxílio-acidente .....  | 803        |
| 37.10  | Pensão por morte .....  | 813        |
| 37.11  | Auxílio-reclusão .....  | 833        |
| 37.12  | Salário-maternidade .....   | 842        |
| 37.13  | Salário-família .....   | 855        |
| 37.14  | Abono anual.....  | 859        |
| 37.15  | Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS .....                           | 860        |
| <b>Capítulo 38 – Benefícios extintos .....</b> |   | <b>873</b> |
| 38.1   | Renda mensal vitalícia .....  | 873        |
| 38.2   | Auxílio-natalidade .....  | 874        |
| 38.3   | Auxílio-funeral .....   | 875        |
| 38.4   | Pecúlio .....   | 875        |
| 38.5   | Abono de permanência em serviço .....   | 876        |
| 38.6   | Aposentadorias diferenciadas.....   | 876        |
| <b>Capítulo 39 – Serviços .....</b>            |   | <b>879</b> |
| 39.1   | Serviço Social.....   | 879        |
| 39.2   | Habilitação e reabilitação profissional .....   | 880        |

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Capítulo 40 – Tempo de contribuição para fins previdenciários .....</b>  | <b>885</b>     |
| 40.1 Prova do tempo de contribuição.....  | 890            |
| 40.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....   | 894            |
| 40.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....  | 896            |
| 40.4 Aluno-aprendiz.....  | 902            |
| 40.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....  | 904            |
| 40.5.1 O Art. 55 da Lei de Benefícios e o Princípio de Aptidão para a Prova. A Inconstitucionalidade pela Afronta ao Princípio da Ampla Defesa..... | 906            |
| 40.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....   | 910            |
| 40.7 Justificação Administrativa.....   | 914            |
| 40.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....   | 917            |
| <br><b>Capítulo 41 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....</b>  | <br><b>919</b> |
| 41.1 Prescrição do direito a prestações.....  | 919            |
| 41.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....  | 923            |
| 41.3 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição.....   | 926            |
| 41.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....   | 930            |
| 41.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....            | 931            |
| 41.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....   | 933            |
| 41.7 Prazo decadencial para o INSS rever seus Atos.....   | 934            |
| 41.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....  | 937            |
| <br><b>Capítulo 42 – Ações previdenciárias.....</b>   | <br><b>939</b> |
| 42.1 Competência para as ações previdenciárias.....   | 940            |
| 42.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....   | 941            |
| 42.1.2 Competência Federal delegada.....  | 942            |
| 42.1.3 Prestações acidentárias.....   | 943            |
| 42.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....   | 945            |
| 42.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....   | 946            |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 42.2     | Prévio ingresso na via administrativa.....   | 948 |
| 42.3     | Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....   | 951 |
| 42.3.1   | Competência dos JEFs .....   | 954 |
| 42.3.2   | Valor da causa.....  | 956 |
| 42.3.3   | Renúncia .....   | 957 |
| 42.3.4   | Legitimidade .....   | 958 |
| 42.3.5   | Sentença líquida .....   | 959 |
| 42.3.6   | Recursos.....  | 959 |
| 42.3.6.1 | Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela .....                                  | 961 |
| 42.3.6.2 | Recurso da Sentença (Recurso Inominado) .....  | 962 |
| 42.3.6.3 | Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....                                 | 965 |
| 42.3.6.4 | Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência .....                                | 967 |
| 42.3.6.5 | Incidente de Uniformização de Jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça..... | 971 |
| 42.3.7   | Cumprimento da sentença .....  | 977 |
| 42.3.8   | Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência .....                        | 978 |
| 42.3.9   | Nulidades.....   | 980 |
| 42.3.10  | Custas e honorários advocatícios .....   | 980 |
| 42.4     | Pagamentos devidos pelo INSS.....  | 983 |
| 42.4.1   | Evolução legislativa.....  | 983 |
| 42.4.2   | Requisição de Pequeno Valor (RPV).....   | 985 |
| 42.4.3   | Pagamento por precatório.....  | 986 |
| 42.4.4   | Complemento positivo .....   | 987 |
| 42.5     | Idosos e portadores de doença grave.....   | 988 |
| 42.6     | Coisa Julgada Previdenciária .....   | 989 |
| 42.7     | Execução do Julgado.....   | 993 |

## PARTE V

### REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

|                                      |             |
|--------------------------------------|-------------|
| <b>Capítulo 43 – Introdução.....</b> | <b>999</b>  |
| <b>Capítulo 44 – Histórico .....</b> | <b>1007</b> |



|  |             |
|--|-------------|
| <b>Capítulo 45 – Aspectos Gerais dos Regimes Próprios.....</b>             | <b>1011</b> |
| <b>Capítulo 46 – Principais pontos das Reformas Constitucionais.....</b>   | <b>1023</b> |
| <b>Capítulo 47 – Custeio dos Regimes Próprios .....</b>                    | <b>1033</b> |
| <b>Capítulo 48 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios .....</b>    | <b>1041</b> |
| 48.1 Aposentadoria por invalidez permanente.....                           | 1050        |
| 48.2 Aposentadoria Compulsória por Idade.....                              | 1058        |
| 48.3 Aposentadoria Voluntária .....  | 1061        |
| 48.3.1 Aposentadoria por idade.....  | 1067        |
| 48.3.2 Aposentadoria por tempo de contribuição.....                        | 1067        |
| 48.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária .....           | 1070        |
| 48.4 Aposentadorias Especiais.....   | 1079        |
| 48.5 Tempo de Contribuição no Serviço Público.....                         | 1086        |
| 48.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....                    | 1088        |
| 48.5.2 Contagens fictícias.....  | 1092        |
| 48.6 Prazo para ação revisional de aposentadoria.....                      | 1093        |
| <b>Capítulo 49 – Pensão por Morte nos Regimes Próprios .....</b>           | <b>1095</b> |
| <b>Capítulo 50 – Reajustamento do Valor dos Benefícios.....</b>            | <b>1107</b> |
| <b>Capítulo 51 – Direito Adquirido nos Regimes Próprios.....</b>           | <b>1113</b> |
| <b>Capítulo 52 – Previdência Complementar para Servidores Públicos....</b> | <b>1119</b> |

## PARTE VI

### TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

|   |             |
|---|-------------|
| <b>Capítulo 53 – A Globalização e o Estado Contemporâneo .....</b>  | <b>1133</b> |
| <b>Capítulo 54 – As Mudanças no Direito Comparado.....</b>  | <b>1145</b> |
| <b>Capítulo 55 – A previdência brasileira e suas características.....</b>   | <b>1155</b> |
| <b>Capítulo 56 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira – A<br/>    Experiência do Fórum Nacional da Previdência Social .....</b> | <b>1165</b> |
| 56.1 Aprimoramento do atendimento ao público .....  | 1187        |

|       |   |      |
|-------|---|------|
| 56.2  | Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....  | 1187 |
| 56.3  | Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....   | 1188 |
| 56.4  | Combate à informalidade e inclusão previdenciária .....   | 1188 |
| 56.5  | Pleito aos ministérios da educação e da cultura, de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a seguridade social.....        | 1189 |
| 56.6  | Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à seguridade social .....              | 1189 |
| 56.7  | Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a previdência social é um bem necessário.....  | 1190 |
| 56.8  | Modernização da gestão da informação .....  | 1190 |
| 56.9  | Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos .....   | 1191 |
| 56.10 | Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita ..... | 1191 |

|                           |             |
|---------------------------|-------------|
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b> | <b>1201</b> |
|---------------------------|-------------|

## ANEXOS

|  |             |
|--|-------------|
| <b>1. Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária ....</b>               | <b>1213</b> |
| Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....   | 1217        |
| Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal .....                                    | 1219        |
| Súmulas do Tribunal Federal de Recursos (extinto pela Constituição Federal de 1988)..... | 1220        |
| Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....   | 1222        |
| Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.....  | 1227        |
| Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST .....                                      | 1231        |
| Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias) .....                       | 1234        |
| Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST .....                                      | 1235        |
| Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST.....           | 1236        |
| Precedentes Normativos do TST .....  | 1236        |
| Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região .....                                 | 1236        |

|   |      |
|---|------|
| Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2. <sup>a</sup> Região .....  | 1238 |
| Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3. <sup>a</sup> Região .....  | 1239 |
| Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4. <sup>a</sup> Região .....  | 1240 |
| Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5. <sup>a</sup> Região .....  | 1243 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1. <sup>a</sup> Região .....  | 1243 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3. <sup>a</sup> Região .....  | 1244 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4. <sup>a</sup> Região .....  | 1245 |
| Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 5. <sup>a</sup> Região .....   | 1246 |
| Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 6. <sup>a</sup> Região .....   | 1246 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8. <sup>a</sup> Região .....  | 1246 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9. <sup>a</sup> Região .....  | 1247 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 11. <sup>a</sup> Região .....   | 1248 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12. <sup>a</sup> Região .....   | 1248 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13. <sup>a</sup> Região .....   | 1249 |
| Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 14. <sup>a</sup> Região .....  | 1250 |
| Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 15. <sup>a</sup> Região .....  | 1250 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17. <sup>a</sup> Região .....   | 1250 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18. <sup>a</sup> Região .....   | 1251 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20. <sup>a</sup> Região .....   | 1251 |
| Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22. <sup>a</sup> Região .....   | 1252 |
| Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....  | 1252 |
| Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....  | 1257 |
| Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2. <sup>a</sup> Região .....                          | 1260 |
| Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4. <sup>a</sup> Região .....                          | 1261 |
| Súmula da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre – AC – 1. <sup>a</sup> TR .....                            | 1261 |
| Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR – 1. <sup>a</sup> TR ..... | 1261 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia .....   | 1262 |
| Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal .....   | 1263 |

|   |      |
|---|------|
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....             | 1264 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.....                   | 1267 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados..... | 1267 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....                                | 1269 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....             | 1270 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte .....                 | 1275 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.....                    | 1276 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.....                   | 1277 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....             | 1278 |
| Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....    | 1279 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo .....                 | 1280 |
| Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe .....                             | 1282 |
| Súmulas da turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins TR-TO .....  | 1283 |
| Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....                                       | 1284 |
| Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho .....   | 1292 |
| Súmulas da Advocacia-Geral da União .....   | 1294 |
| Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social .....  | 1297 |

|  |             |
|--|-------------|
| <b>2. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....</b> | <b>1301</b> |
| Códigos de interpretação dos benefícios concedidos pelo INSS .....                         | 1303        |
| Quadros-Resumo dos Benefícios do RGPS .....  | 1305        |
| Quadros-Resumo dos Benefícios do RPPS.....   | 1334        |
| A – Aposentadoria Voluntária .....   | 1334        |
| B – Aposentadoria Compulsória .....  | 1340        |

|   |      |
|---|------|
| C – Aposentadoria por Invalidez .....   | 1341 |
| D – Pensão por Morte .....  | 1342 |
| E – Previdência Complementar dos Servidores Públicos .....  | 1343 |
| Fluxograma do processo administrativo.....  | 1345 |
| Quadros-Resumo dos Recursos .....   | 1351 |
| Recursos no Âmbito dos Juizados Especiais Federais.....   | 1351 |
| Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela.....  | 1351 |
| Recurso da Sentença (Recurso Inominado).....  | 1351 |
| Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência .....   | 1354 |
| Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência .....   | 1356 |
| Incidente de Uniformização de Jurisprudência Dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....  | 1359 |
| Agravo Regimental .....   | 1361 |
| Mandado de Segurança.....   | 1361 |
| Recurso de Apelação – Rito Ordinário.....   | 1362 |
| Recurso Especial – Rito Ordinário .....   | 1364 |
| Recurso Extraordinário.....   | 1366 |
| Tabelas de contribuições mensais.....   | 1370 |
| Contribuições de segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos.....  | 1370 |
| Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos .....  | 1373 |
| Tabela de Incidência .....  | 1375 |
| Contribuição sobre a produção rural a partir de 1.º.11.1991.....  | 1382 |
| Contribuições Devidas pela Agroindústria, Produtores Rurais (pessoa jurídica e física), Consórcio de Produtores, Garimpeiros, Empresas de Captura de Pescado..... | 1384 |
| Tabela de alíquotas por códigos FPAS.....   | 1388 |
| Benefícios.....   | 1391 |
| Tabela de carência – Art. 142 da Lei n.º 8.213/1991 .....   | 1393 |
| Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial.....  | 1394 |
| Tabelas de Conversão aprovadas pelo Decreto nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013.....   | 1394 |
| Tabela de enquadramento do período trabalhado em atividade especial .....   | 1396 |
| Tabela de reajustes de benefícios .....   | 1397 |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 03 de dezembro de 2007 até 30 de novembro de 2008.....   | 1398 |

|   |             |
|---|-------------|
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2008 até 30 de novembro 2009 .....    | 1398        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2009 até 30 de novembro de 2010 ..... | 1399        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2010 até 30 de novembro de 2011 ..... | 1399        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2011 até 30 de novembro de 2012 ..... | 1400        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2012 até 1º de dezembro de 2013 ..... | 1400        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 02 de dezembro de 2013 .....                             | 1401        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2013 .....                            | 1402        |
| Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2014 .....                            | 1405        |
| Fator Previdenciário 2010 (Tabela IBGE 2008) .....  | 1406        |
| Fator Previdenciário 2011 (Tabela IBGE 2009) .....  | 1407        |
| Fator Previdenciário 2012 (Tabela IBGE 2010) .....  | 1408        |
| Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011) .....  | 1409        |
| Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011) .....  | 1410        |
| Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012) .....  | 1411        |
| Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012) .....  | 1412        |
| Fator Previdenciário 2015 (Tabela IBGE 2013) .....  | 1413        |
| <b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>  | <b>1415</b> |